



fileb

**Acta da Reunião Ordinária da Assembleia intermunicipal da Região
Dão Lafões do dia dezassete de Dezembro de dois mil e oito**

---Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e oito, na Cidade de Tondela e no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---1-Tomada de Posse da Mesa da Assembleia Intermunicipal, nos termos do disposto no artigo 13º da Lei 45/2008 de 27 de Agosto. -----

---2-Designação do Secretário Executivo e a respectiva remuneração, de acordo com as funções exercidas mediante proposta do Conselho Executivo, nos termos do disposto na alínea n) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e alínea u) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL. -----

---3-Análise, Discussão e Aprovação da fixação das contribuições dos municípios que integram a CIMRDL nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3, do artigo 26º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e alínea n) do nº1, do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL. -----

---4-Análise, Discussão e Aprovação da proposta de Orçamento e Plano de Actividades para o exercício económico de 2009, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de Agosto e na alínea b) do n.º1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL. -----

---5-Outros Assuntos. -----

---Feita a chamada cerca das vinte horas, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -----

--- Miguel José Soares Ferreira Dias-----

--- Arménio Rodrigues Quelhas -----

--- Manuel da Silva Oliva-----

---António Joaquim Almeida Henriques-----

---Verificando-se a presença de "quórum", o Presidente da Assembleia Intermunicipal em exercício, Sr. Joaquim Coimbra, declarou aberta a sessão. De seguida, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal em exercício, convidou o Sr. Deputado José António Neves Pereira para a Mesa da Assembleia, no sentido de auxiliar na condução dos trabalhos da Assembleia.-----Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos e em harmonia com o disposto no artigo 13º na Lei 45/2008, de 27 de Agosto tomaram posse os novos Órgãos Sociais eleitos da Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal, nomeadamente o Sr. Vice-presidente e a Secretária. -----

Dada a ausência do Sr. Presidente da Mesa, Dr. Joaquim Almeida Henriques, decidiu-se que o mesmo tomaria posse na próxima reunião da Assembleia intermunicipal.-----

---Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL, Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves, que propôs a designação do Dr. Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho, para Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões e a fixação da respectiva remuneração igual à do Vereador a Tempo Inteiro da Câmara Municipal de Tondela. Propôs, ainda, que lhe sejam atribuídas as seguintes funções: 1) Dirigir os serviços de expediente e tesouraria; 2) Dirigir os serviços técnicos e administrativos da CIMRDL; 3) Gerir e dirigir o pessoal ao serviço da CIMRDL; 4) Demais competências no foro da gestão corrente de acordo com as deliberações do Conselho Executivo da CIMRDL. -----

---Referiu, ainda, o Sr. Presidente do Conselho Executivo que esta proposta foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Executivo da CIMRDL. -----

---Após apresentação da proposta pelo Sr. Presidente do Conselho Executivo, o Presidente da Assembleia Intermunicipal em exercício submeteu a referida proposta a discussão. -----

---O Deputado António Augusto E. Ribeiro de Carvalho, pediu a palavra para aludir que a referida proposta do nome do Secretário Executivo, assim como, a proposta de remuneração não tinham sido remetidas com os demais documentos da Convocatória da Assembleia Intermunicipal. -----

---Questionou, ainda, o referido Deputado sobre o critério de selecção que presidiu à nomeação do Secretário Executivo. -----

---Às questões colocadas, o Sr. Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves, respondeu que, por lapso, não foi remetida a referida documentação e que apresentava as desculpas por este facto. Quanto ao critério de escolha do nome do Secretário Executivo, o principal foi o currículo do Dr. Nuno Martinho, nomeadamente, o excelente trabalho desempenhado como Administrador Executivo, no Hospital Distrital de Tondela e como Secretário-geral da Associação de Municípios da Região Dão Lafões. -----

---A este respeito, sublinhou, ainda, o Sr. Presidente do Conselho Executivo que o Dr. Nuno Martinho tem vindo a realizar um excelente trabalho, trabalho este reconhecido por todos os Presidente de Câmara, assim como, pela própria Autoridade de Gestão do Programa "Mais Centro". -----

---A Assembleia Intermunicipal depois de proceder à análise da referida proposta deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Conselho Executivo. -----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 27º/3 do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL, Dr. Carlos Manuel Marta Gonçalves, que apresentou a proposta de fixação do montante da prestação financeira mensal a transferir pelos Municípios – que integram esta comunidade nos termos seguintes: -----

---1. Fixação de um montante global de **7.500 €** (Sete mil e quinhentos euros) a transferir, mensalmente, pelo conjunto dos Municípios, como a seguir se indica:
1.1. **7. 500 €** (Sete mil e quinhentos euros), repartidos de acordo com os seguintes critérios: -----

---1) Critério demográfico e respectivo peso percentual no conjunto de habitantes da NUT III Dão Lafões – 275.934 Hab., segundo dados oficiais da CCDR – Centro, assumindo este critério um peso total de 40%. -----

---2) Critério da participação de cada município no FEF final do mapa XIX do OE 2008, a que corresponde um total de 81.524.692,00 €, assumindo este critério um peso total de 60%. -----

Neste sentido, a repartição do montante referido no ponto 1 é feita nos termos seguintes: -----

- 1.2.1 **344,66 €** (Trezentos e quarenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Aguiar da Beira, a que corresponde um peso percentual demográfico de 2,26% (6.247 Hab.) e um peso percentual de fezização de 6,15% (5.013.569,00 €); -----
- 1.2.2. **315,16 €** (Trezentos e quinze euros e dezasseis cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Carregal do Sal, a que corresponde um peso percentual demográfico de 3,77% (10.411 Hab.) e um peso percentual de fezização de 4,49% (3.659.050,00 €); -----
- 1.2.3. **597,68 €** (Quinhentos e noventa e sete euros e sessenta e oito cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Castro Daire, a que corresponde um peso percentual demográfico de 6,16% (16.990 Hab.) e um peso percentual de fezização de 9,18% (7.481.402,00 €); -----
- 1.2.4. **577,72 €** (Quinhentos e setenta e sete euros e setenta e dois cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Mangualde, a que corresponde um peso percentual demográfico de 7,61% (20.990 Hab.) e um peso percentual de fezização de 7,77% (6.332.066,00 €); -----
- 1.2.5. **400,87 €** (Quatrocentos euros e oitenta e sete cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Nelas, a que corresponde um peso percentual demográfico de 5,18% (14.283 Hab.) e um peso percentual de fezização de 5,46% (4.449.080,00 €); -----
- 1.2.6. **345,09 €** (Trezentos e quarenta e cinco euros e nove cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Oliveira de Frades, a que corresponde um peso percentual demográfico de 3,84% (10.584 Hab.) e um peso percentual de fezização de 5,11% (4.167.098,00 €); -----

- 1.2.7. **371,73 €** (Trezentos e setenta e um euros e setenta e três cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Penalva do Castelo, a que corresponde um peso percentual demográfico de 3,27% (9.019 Hab.) e um peso percentual de fefização de 6,08% (4.958.069,00 €); -----
- 1.2.8. **612,86 €** (Seiscentos e doze euros e oitenta e seis cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de S. Pedro do Sul, a que corresponde um peso percentual demográfico de 6,92% (19.083 Hab.) e um peso percentual de fefização de 9,01% (7.344.311,00 €); -----
- 1.2.9. **430,31 €** (Quatrocentos e trinta euros e trinta e um cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Sátão, a que corresponde um peso percentual demográfico de 4,76% (13.144 Hab.) e um peso percentual de fefização de 6,39% (5.206.773,00 €); -----
- 1.2.10. **348,18 €** (Trezentos e quarenta e oito euros e dezoito cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Santa Comba Dão, a que corresponde um peso percentual demográfico de 4,52% (12.473 Hab.) e um peso percentual de fefização de 4,72% (3.851.008,00 €); -----
- 1.2.11. **838,06 €** (Oitocentos e trinta e oito euros e seis cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Tondela, a que corresponde um peso percentual demográfico de 11,29% (31.152 Hab.) e um peso percentual de fefização de 11,10% (9.046.876,00 €); -----
- 1.2.12. **274,56 €** (Duzentos e setenta e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Vila Nova de Paiva, a que corresponde um peso percentual demográfico de 2,23% (6.141 Hab.) e um peso percentual de fefização de 4,62% (3.764.524,00 €); -----
- 1.2.13. **1.643,18 €** (Mil seiscentos e quarenta e três euros e dezoito cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Viseu, a que corresponde um peso percentual demográfico de 33,89% (93.501 Hab.) e um peso percentual de fefização de 13,92% (11.352.260,00 €); -----
- 1.2.14. **399,95 €** (Trezentos e noventa e nove euros e noventa e cinco cêntimos), a transferir mensalmente pelo Município de Vouzela, a que corresponde um peso percentual demográfico de 4,32% (11.916 Hab.) e um peso percentual de fefização de 6,01% (4.898.606,00 €); -----

---Referiu, ainda, o Sr. Presidente do Conselho Executivo que esta proposta foi aprovada por unanimidade na reunião do Conselho Executivo da CIMRDL.-----

---Após apresentação da proposta pelo Sr. Presidente do Conselho Executivo, o Presidente da Assembleia Intermunicipal em exercício submeteu a referida proposta a discussão. Não havendo nenhuma questão a colocar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal submeteu a proposta a votação. Assim, a referida proposta foi aprovada com 55 (cinquenta e cinco) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 1 (uma) abstenção.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 27º/3 do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Secretário Executivo da CIMRDL, Dr. Nuno Martinho, que procedeu à apresentação dos documentos em questão. -----

---Assim, foram presentes as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano civil de 2009, nas importâncias de 336.306 € e de 441.323 €, respectivamente. -----

---Foi ainda presente o plano de actividades para o ano civil de 2009. -----

---Pelo presidente em exercício da Mesa da Assembleia Intermunicipal foi a presente proposta submetida a discussão. -----

---Assim, o Sr. Deputado Albino dos Reis Ramos, pediu a palavra para questionar sobre a escolha da cidade de Tondela para sede da CIMRDL e, por outro, qual o critério que presidiu a esta escolha. O Deputado questionou, ainda, qual a razão de não estarem previstos projectos de Ecopistas a atravessar outros municípios. Por outro lado, o Sr. Deputado sublinhou, ainda, o facto de a proposta de orçamento e plano de actividades ter uma componente muito pesada de despesas com pessoal. -----

---No final desta intervenção foi questionado pelo Sr. Presidente em exercício da Mesa da Assembleia, se o Sr. Presidente do Conselho Executivo queria já responder a esta questão ou se, em alternativa, preferia juntar um leque de questões. O Sr. Presidente do Conselho Executivo, afirmou que responderia no final a todas as questões colocadas pelos Srs. Deputados. -----

---Assim, foi dada a palavra ao Deputado José Manuel Henriques Mota Faria. --

---O Deputado começou por felicitar o Conselho Executivo da CIMRDL, pelo excelente trabalho desenvolvido em tão curto espaço de tempo, nomeadamente no que respeita a todo o processo de contratualização no âmbito do QREN. Referiu, ainda, o Sr. Deputado, que no âmbito das competências da CIM seria importante a Região Dão Lafões começar a assumir e a requerer a assumpção de novas competências e responsabilidades, competências essas que deviam ser transferidas pela Administração Central. Assim, pediu ao Conselho Executivo que estivesse atento a esta possibilidade. O Deputado Mota Faria manifestou, ainda, o desejo de a CIMRDL se assumir no futuro como uma "escola" de formação de quadros autárquicos. -----

---De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Gomes Dias. -----

---Este membro da Assembleia Intermunicipal, referiu que o orçamento e o plano de actividades se revelavam pouco ambiciosos, contudo admitiu que era o primeiro ano e que nesse sentido até era compreensível. Quanto ao QREN e à sua implementação, afirmou que seria muito importante que o mesmo viesse colmatar as assimetrias entre os territórios. Frisou, ainda, a importância de ser efectuado mais investimento nas zonas do território Dão Lafões de mais baixa densidade e que, nesse sentido, a CIMRDL deveria ter uma maior intervenção nas áreas geográficas mais deprimidas. -----

---De seguida foi dada a palavra ao Deputado Felisberto Henriques Gomes Figueiredo Marques. -----

--- Na sua intervenção o Sr. Deputado congratulou-se com o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Conselho Executivo da CIMRDL. No que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento, criticou o facto de serem utilizados demasiados termos em inglês e que de futuro deveria ser privilegiada a língua Portuguesa. -----

Foi dada de seguida a palavra ao Deputado João Duarte da Silva Ferreira da Cruz;-----

---Na sua intervenção, o Deputado mencionou que o orçamento e o plano de actividades que lhe está acoplado poderia ser um pouco mais ambicioso. Não obstante, o Sr. Deputado reforçou a confiança na equipa de trabalho, quer do Conselho Executivo, quer do Secretário Executivo. O Sr. Deputado aproveitou

a oportunidade para apelar ao diálogo permanente, entendendo a proposta de boletins informativos como uma boa iniciativa. -----

---Por último, o Sr. Deputado perguntou a que se destinava a verba de 100 mil euros, prevista na rubrica de investimentos incorpóreos, em sede de orçamento. -----

---Seguiu-se a intervenção do Deputado António Augusto E. Ribeiro de Carvalho. Assim, o Sr. Deputado relativamente ao recrutamento de recursos humanos, fez a proposta que o mesmo fosse realizado através de concurso público a bem da transparência. -----

---De seguida foi dada a palavra ao Deputado João Carlos Figueiredo. -----

---O Deputado iniciou a sua intervenção congratulando-se com o trabalho desenvolvido pelo Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal. A respeito do recrutamento de Recursos Humanos, o Sr. Deputado fez questão de referir que o actual governo tinha feito a promessa que para determinados lugares de chefia de Serviços e Fundos Autónomos do Estado, que outrora eram de nomeação política, passassem a ser sujeitos a concurso público, o que até hoje não se verificou. -----

---De seguida foi dada a palavra ao Deputado Paulo Alexandre Soares-----

---O Sr. Deputado começou por manifestar o desejo de ter conhecimento do Estudo de Enquadramento Estratégico da Região Dão Lafões. Questionou, ainda, o processo de transferência das verbas da GAMVIS para a Comunidade Intermunicipal. Quanto ao QREN e à conseqüente aplicação das verbas, deu nota que as mesmas deveriam corrigir assimetrias existentes no Território Dão Lafões. -----

---De seguida foi questionada pelo Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal se haveria mais alguma questão a colocar pelos Srs. Deputados. A resposta foi negativa. Assim, o Sr. Presidente do Conselho Executivo passou a responder às questões formuladas pelos Deputados. -----

---Quanto às questões colocadas pelo Deputado Albino dos Reis, o Sr. Presidente do Conselho Executivo, começou por referir que a localização da sede foi discutida entre todos os presidentes dos municípios associados, tendo sido decidido a sua localização na cidade de Tondela. No que respeita às despesas com pessoal, este referiu que na sua grande maioria as mesmas se

destinam aos postos de trabalho adstritos ao Departamento de Controlo e Gestão da Contratualização. Foi ainda dito, pelo Sr. Presidente do Conselho Executivo, que a Autoridade de Gestão do Programa “Mais Centro”, prevê nas suas orientações técnicas a constituição de uma equipa de trabalho de quatro pessoas. Quanto às Ecopistas, o Sr. Presidente do Conselho Executivo esclareceu que estas só são possíveis em ramais ferroviários já desactivados, nomeadamente Dão e Vouga. Referiu, ainda, que estes dois ramais estão incluídos no Plano Nacional das Ecopistas da REFER.-----

---Às questões levantadas pelo Deputado José Manuel Henriques Mota Faria, o Sr. Presidente do Conselho Executivo respondeu, que até ao momento, a principal preocupação tem sido o processo de contratualização com o Programa “Mais Centro”. Por outro lado, o único posto de trabalho na CIMRDL é ocupado pelo Secretário Executivo. Assim, referiu que muito já tem sido feito com um só elemento. Por outro lado, referiu, ainda, o Sr. Presidente do Conselho Executivo que estas novas competências só se levantaram com a publicação da nova Lei de Associativismo Municipal. Não obstante, o Sr. Presidente do Conselho Executivo, referiu que iria estar atento a estas oportunidades e que certamente a CIMRDL abraçaria estas novas responsabilidades e desafios. -----

---Às perguntas colocadas pelo Deputado Fernando Gomes Dias, o Sr. Presidente do Conselho Executivo respondeu que o Orçamento e o Plano de Actividades, já demonstrava uma estratégia muito bem definida para a Comunidade Intermunicipal e identificou três ou quatro áreas de projectos supramunicipais em que a CIMRDL pretende ser promotora, como seja o caso das energias renováveis, modernização administrativa e promoção e capacitação institucional, já para não falar do grande desafio da assumpção das competências delegadas no âmbito da contratualização. -----

---Referiu, ainda, o Sr. Presidente do Conselho Executivo que a CIMRDL está a dar os primeiros passos e que só durante 2009, se irá adequar a estrutura de pessoal aos desafios e necessidades da CIMRDL.-----

---Quanto ao QREN e no que respeita ao processo da contratualização, o Sr. Presidente do Conselho Executivo da CIMRDL, referiu que é cada Município que identifica as suas prioridades e projectos e não a CIMRDL. Desta forma,

deve ser cada município a promover projectos que concorram para a competitividade e desenvolvimento dos seus concelhos. -----

---Às questões colocadas pelo Deputado Felisberto Henriques Gomes Figueiredo Marques, o Sr. Presidente do Conselho Executivo referiu que concorda e que nos próximos documentos essa situação será tida em consideração-----

---Às questões formuladas pelo Sr. Deputado João Duarte da Silva Ferreira da Cruz, o Sr. Presidente do Conselho Executivo respondeu que irá haver diálogo permanente entre o Conselho Executivo e a Assembleia Intermunicipal e que todas as actividades e notícias serão veiculadas através dos boletins informativos, página de internet, entre outros. Referiu, ainda, que o documento referente ao Estudo de Enquadramento Estratégico da Região Dão Lafões iria ser remetido a cada membro da Assembleia Intermunicipal. -----

---No que respeita aos cem mil euros previstos no Orçamento, o Sr. Presidente do Conselho Executivo respondeu que o mesmo se refere a parte do Estudo de Enquadramento Estratégico da Região Dão Lafões realizado pela empresa Parque Expo.-----

---Ao Deputado António Augusto Carvalho, O Sr. Presidente do Conselho Executivo esclareceu que na contratação futura de pessoal irá ser privilegiado o regime de mobilidade, através da requisição de pessoal aos Municípios. -----

---Ao Deputado Paulo Alexandre Soares, o Dr. Carlos Marta reafirmou que irá ser divulgado o Estudo de Enquadramento Estratégico da Região Dão Lafões. Relativamente à GAMVIS, referiu que as verbas foram transferidas em função do FEF que cada município participava na GAMVIS. Referiu, ainda, que esta transferência foi aprovada em sede de Assembleia Intermunicipal da GAMVIS.-

---De seguida, foi questionado pelo Sr. Presidente em exercício da Mesa da Assembleia Intermunicipal se haveria mais alguma questão a colocar neste ponto da ordem de trabalhos. -----

Não havendo nenhuma questão a colocar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal submeteu a proposta a votação. Assim, a referida proposta foi aprovada com 49 (quarenta e nove) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 7 (sete) abstenções. -----

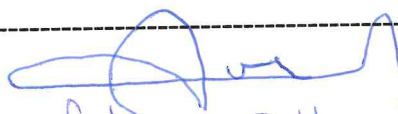
--Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 27º/3 do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos, foi questionado pelo Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal em exercício se haveria alguma questão a colocar pelos Srs. Deputados. -----

---O Deputado Paulo Alexandre Soares, pediu a palavra para fazer uma chamada de atenção relativamente a algumas gralhas que apresentavam os Estatutos da CIMRDL, referindo que as mesmas careciam de correcção. -----

---Em resposta, o Sr. Presidente do Conselho Executivo referiu que essa questão iria ser analisada pelo Escritório de Advogados. Aproveitou, ainda, a oportunidade para agradecer a presença de todos, incluindo os membros do Conselho Executivo, o que só demonstrava o respeito que tinham por este órgão. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal em exercício deu a sessão por encerrada às 22 horas e lavrando-se a presente acta que vai ser devidamente subscrita pelo Sr. Presidente da Mesa e pela Secretária. -----


Francisco de Sousa Celso Soares